



Nesta Edição:

Editorial.2

Obrigações Legais .3

Espaço do Associado: Albano Vieira, S.A. 4

Tabelas de Retenção na Fonte de IRS para 2022 salvaguardam aumento do Salário Mínimo Regional .5

Rendas nos Açores sobem para 4,33 euros por m2 no 3º trimestre .6

Habitacões vendidas totalizam 99,25 milhões de euros no 3º trimestre.6

Desemprego nos Açores aumenta 0,67% em novembro .6

IVAucher já devolveu 37 milhões de euros a consumidores .7

Atividades .8

Editorial:



**José Nascimento - Sócio
Gerente Fácil Inova, Lda**

E agora?

Veio o covid-19 e muitos setores económicos entraram em crise, com consequências nefastas para a vida de muitos, como o desemprego, a falta de oportunidades e a produção industrial a entrar em valores mínimos, não sustentáveis.

Aparentemente, o setor da Construção Civil não partilhou esta crise.

A procura atual e a falta de capacidade de resposta têm sido uma constante desde o início da pandemia.

Este setor importante, a Construção Civil, que é a base da maioria de outros negócios, nomeadamente o Turismo, outras Indústrias, etc., se vier a ter uma crise será sempre desfasada no tempo.

O arranque e paragem da Construção Civil é diferente da maioria dos negócios. Depois de decidir-se construir, é preciso projetar todas as especialidades, aprovar e licenciar pelas entidades competentes, lançar consultas ou concurso, adjudicar, iniciar e finalizar a obra. Estamos a falar de vários anos.

Não nos iludemos que a crise, neste setor, vai passar ao largo.

É essencial que os fundos da tão apregoada "Bazuca", cheguem à economia real. E não interessa por onde entram, é preciso que estes depois sejam disseminados em projetos a que a maioria tenha acesso.

Os empresários, na minha opinião, não devem estar na política ativa, mas por vezes as políticas económicas que estão intimamente ligadas às políticas sociais, estão longe de promover riqueza para redistribuir.

Atualmente, tenho muita dificuldade em distinguir direita e esquerda no espectro político. Inicialmente pensava que era por ser politicamente elucidado, mas hoje acho que é exatamente por isso que não entendo, tal é o afastamento da classe política dominante da realidade e a avaliar pelo crescimento dos extremistas.

Qualquer poder político, deve acarinhar e promover a iniciativa privada. Os empresários têm uma missão social a cumprir:

- Criar empregos;
- Cobrar impostos de forma gratuita para o Estado.

Para cumprirem esta missão, as empresas precisam de ser lucrativas.

Não concebo nem entendo que o público concorra com o privado, nem mesmo quando cria postos de trabalho.

A crise atual da construção civil é a falta de mão de obra, independentemente do nível de qualificação.

Sobre a qualificação, gostaria que a formação profissional e os programas de requalificação não fossem vistos como meras estatísticas a cumprir. É confrangedor assistir a entrevistas de recrutamento e perceber o nível de conhecimentos que alguns trazem. O facilitismo não será com certeza o caminho para resolver a qualificação profissional.

Ficha técnica

PROPRIEDADE: Associação dos Industriais de Construção Civil e Obras Públicas dos Açores **SEDE:** Rua Engº José Cordeiro, nº 38 - 1º - 9500-296, Ponta Delgada **TELF:** 296 284 733 **EMAIL:** aicopa@aicopa.pt
INTERNET: www.aicopa.pt **DIREÇÃO:** Alexandra Bragança **IMAGEM (DIREITOS RESERVADOS):** Município da Ribeira Grande e Partido Socialista Açores (página 8) , **PAGINAÇÃO:** Márcia Tavares **PERIODICIDADE:** Mensal

Ver também pessoal ser recrutado por organismos públicos, onde vão ganhar menos do que no privado, só porque não têm tanta responsabilidade e saem às 15:30, é perverter e desestabilizar o mercado de trabalho.

Para além disso, considero que não se justifica atualmente o incremento de 5% sobre o ordenado mínimo nacional para a Região Autónoma dos Açores. Sei que isso é politicamente incorreto falar sobre este assunto, mas estou à vontade pois nas minhas empresas, só mesmo alguns estagiários, menos qualificados, ganham o ordenado mínimo no início de carreira.

Atualmente, o que está a regular as remunerações nos Açores é o mercado com a lei da procura e da oferta de empregos e a qualificação.

Se a justificação é o custo da insularidade, pergunto: e as empresas?

Que se debatem com uma economia de escala reduzida, devido a esta insularidade. Já alguém fez um estudo sobre o custo da insularidade na sua globalidade? Ou será que funciona apenas pelos grupos habituais de pressão social, que nem sempre são representativos destas mesmas classes. Já temos vários mecanismos para combater a insularidade, nomeadamente o Iva e os Combustíveis que são transversais a toda a sociedade, medidas que todos apoiamos.

Talvez no passado tenha feito sentido, mas com os aumentos sucessivos anuais que se têm verificado ultimamente, deixou de ser necessário. Está faltando coragem. Uma sociedade que se conforma não evolui, no verdadeiro sentido da palavra.

E agora?

Agora, Sr. Empresário da Cons-

trução Civil, começa de novo todos os dias, mesmo com as dificuldades de não teres mão de obra, mesmo com os preços dos materiais a subirem de forma descontrolada e não conseguires manter os teus orçamentos, mesmo que não tenhas o apoio e o carinho que mereces ter...começa de novo todos os dias.

A resignação não faz parte do ADN dos empresários. Somos resilientes por natureza, mas não nos subestimem.

Uma certeza tenho, a união faz a força, "são mais as coisas que nos unem do que as que nos separam". É necessário e útil estarmos unidos. Somos todos concorrentes uns dos outros, mas os problemas são de todos e no todo teremos melhores soluções associados. É urgente participar.

Bem hajam!

Obrigações Legais

Novos modelos da IES/DA e suspensão da submissão do ficheiro SAFT

Foram publicadas as Portarias nºs 331-C/2021 e 331-D/2021, de 31 de dezembro, que aprovam respetivamente a alteração ao Anexo R, e folha de rosto e os modelos relativos aos anexos D, E e H do modelo declarativo da IES/DA e procede à suspensão da submissão do ficheiro SAFT (PT) relativo à contabilidade até 2023.

As alterações introduzidas ao Anexo R decorrem do facto de a IES ter passado a compreender mais uma obrigação de natureza estatística. Neste contexto, são introduzidas "melhorias relativamente à informação que já é solicitada pelo Instituto Nacional de Estatística, bem como para a inserção dos campos que contenham

a insígnia e a área de venda do estabelecimento, a data de início da exploração e o tipo de localização necessários para o cadastro comercial da DGAE (...)."

No que diz respeito à Portaria n.º 331-D/2021, aprova a folha de rosto e os modelos relativos aos anexos D, E e H do modelo declarativo da IES/DA e procede à suspensão da submissão do ficheiro SAFT (PT) relativo à contabilidade até 2023.

A nova folha de rosto passa a incluir o regime do beneficiário efetivo e o justo impedimento do contabilista certificado e os restantes modelos visam incluir ajustes resultantes da reforma de IRS de 2015 e a necessidade de

obtenção de informação desagregada para efeitos de controlo fiscal, designadamente em matéria de preços de transferência.

Os modelos atualmente em vigor (sem considerar as alterações introduzidas com as novas portarias) são utilizados até 15 de março de 2022 para os cessados e períodos especiais de tributação, dando tempo de adaptação.

Fonte: AECOPS e OCC



Modelo 3 acolhe alterações fiscais na transferência de imóveis entre o património pessoal e empresarial

Os novos impressos e respetivas instruções de preenchimento da declaração Modelo 3 constam da Portaria n.º 303/2021, de 17 de dezembro, e decorrem das alterações efetuadas

pela Lei do Orçamento do Estado para 2020 ao regime fiscal da afetação de bens imóveis do património particular à atividade empresarial e profissional e à transferência de bens imóveis da ativi-

dade empresarial e profissional para o universo particular do sujeito passivo, bem como do regime transitório previsto no mesmo regime.

Fonte : AECOPS

Espaço do Associado

Ficha do Associado

Denominação:

Albano Vieira, S.A

Data de Constituição:

1986

Natureza Jurídica:

Sociedade Anónima

Atividade:

CAE — 42990 Construção e outras obras de Engenharia Civil

Contatos:

Estrada da Lagoa do Fogo, s/n

9600 Ribeira Grande

Telf:

296 470 560

Email:

albanovieira-sa@albanovieira.com.pt



Albano Vieira e Conceição Vieira, Administradores da Albano Vieira, S.A.

Como caracteriza a Albano Vieira, SA, relativamente à sua área de negócio e que balanço geral faz da empresa desde a sua constituição?

A empresa "Albano Vieira, SA" configura-se como líder do mercado local na produção de areia a partir de materiais vulcânicos terrestres, que ocorrem em zonas bem definidas da ilha de São Miguel, especialmente no contexto do vulcão do Fogo, com particular incidência no concelho da Ribeira Grande. Apesar de termos iniciado a nossa atividade em 1986, com a fabricação de blocos, transporte público de mercadorias e terraplanagens, foi a 28 de fevereiro de 1992 que demos início à fabricação de areia, ideia defendida pelo accionista Albano Vieira, que deu continuidade a um projecto que

veio culminar com a falta de areia sentida no sector da construção civil na época.

Muitas foram as mudanças verificadas, umas exigidas pelo próprio mercado, outras por iniciativa da Administração, com o intuito de acompanhar a evolução do mercado e a satisfação do nosso importante foco – confiança dos clientes.

Paralelamente à produção de areia, a empresa também se dedica à execução de empreitadas de obras públicas e particulares diversas, com enfoque no saneamento básico, pavimentação e arruamentos, loteamentos urbanos, furos geotérmicos, parques de estacionamento, entre outras, representando atualmente a maior percentagem do volume de negócios da sociedade anónima – Albano Vieira S.A..

De que forma a empresa tem procurado diferenciar-se no mercado face aos seus concorrentes?

O mercado da produção de inertes como é o caso da "areia fabricada" é muito volátil, pois, depende diretamente da situação económica e financeira do tecido empresarial construtivo regional. Ora, ao longo da sua história, a "Albano Vieira S.A.", adotou uma postura humilde e de resiliência de forma a evoluir sustentadamente através de elevados níveis internos de rigor e qualidade na prestação dos seus serviços e produção dos seus produtos. Assim, no ano de 2006, a "Albano Vieira S.A." iniciou o processo de implementação de um Sistema de Controlo de Produção em Fábrica para a areia fabricada produzida nas nossas instalações, sitas na Estrada da Lagoa do Fogo, obtendo a certificação de acordo com as normas (EN 12620:2002+A1:2008 + EN 13139:2002 + EN 13139:2002/AC:2004), que continuamos a manter porque, julgamos ser um importante fator de diferenciação face aos concorrentes no mercado, mas, também e acima de tudo, um fator de exigência e confiança para a fidelização dos nossos clientes. Atualmente, o produto "Areia Fabricada" de "Albano Vieira SA", garante níveis de qualidade inquestionáveis respeitando a natureza e o meio-envolvente.

Outro fator existente na empresa que, julgamos nós, tem contribuído para uma diferenciação positiva face aos nossos concorrentes é a estabilidade do quadro de pessoal. A Albano Vieira SA tem uma longa e carismática tradição empresarial de adotar uma política de melhoramento das condições de trabalho, proporcionando segurança e motivação e mantendo um quadro de pessoal unido, coeso e que compartilha como uma empresa séria, estável e responsável.

Que balanço faz de 2021, e quais as perspectivas para 2022?

Constata-se que o presente panorama provocado pela Covid-19 é marcado por níveis muito elevados de incerteza que advém dum conjunto alargado de factores de âmbito político e económico. Em particular, persiste

ainda algum nível de incerteza o que significa alguma cautela em termos de equilíbrios financeiros, principalmente, quando se espera que as taxas de juro venham a subir.

Para o ano de 2022, a Albano Vieira SA, prevê dar continuidade às obras em curso e em carteira, prevenindo manter um registo muito semelhante ao registo nos últimos anos e sempre

em consonância com o evoluir do sector da construção civil regional, que se quer pujante e dinâmico.



Alvará 17937 - PUB

Albano Vieira S.A.
Construção Civil e Obras Públicas



Notícias

Tabelas de Retenção na Fonte de IRS para 2022 salvaguardam aumento do Salário Mínimo Regional

As tabelas de retenção na fonte de IRS (Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares), excluem da obrigação de retenção na fonte os açorianos – trabalhadores dependentes ou pensionistas – que auferirem, em 2022, um nível de rendimentos equivalente ao salário mínimo regional.

Desta forma, num processo articulado entre o Governo Regional dos Açores, através da Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, e o Governo da República, através da Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais, os açorianos com rendimentos até 741 euros ficam isentos de retenção na fonte, aumentando, por esta via, o seu rendimento disponível mensal. Recorde-se que, em território continen-

tal, nenhum trabalhador que receba a retribuição mínima mensal garantida (vulgo salário mínimo), fixada, para 2022, em 705 euros, está sujeito a retenção na fonte do IRS.

Como, nos Açores, a retribuição mínima mensal garantida, por força do diploma regional que determina um acréscimo regional do salário mínimo, é majorada em 5% em relação à nacional, situando-se, a partir de 1 de Janeiro de 2022, nos 740,25 euros, a adaptação das tabelas de retenção, passando o ponto de partida a ser o salário mínimo efetivamente auferido na Região, põe fim a uma situação de discriminação dos contribuintes açorianos em relação aos contribuintes do território continental.

Fica assim eliminado o "efeito perverso",

que se verificou em anos anteriores, de ver uma parte significativa do acréscimo do salário mínimo regional absorvida pela retenção na fonte do imposto, anulando o efeito da medida de acréscimo determinada na Região e paga pelas entidades patronais.

As estruturas sindicais dos Açores tinham, uma vez mais, chamado a atenção para este "efeito perverso", alegando que o complemento de 5% ao salário mínimo é justificado pelo custo de viver em ilhas e que o suporte deste custo, quer pela Administração regional como pelas empresas, na Região, não deveria ser taxado nas tabelas do IRS.

Fonte: Correio dos Açores

Rendas nos Açores sobem para 4,33 euros por m2 no 3º trimestre

Rendas nos Açores subiram 8,8% para uma mediana de 4,33 euros por metro quadrado no terceiro trimestre, tendo sido assinados 427 novos contratos. No total do país as rendas subiram 7,4% para uma mediana de 6,08 euros por metro quadrado.

A renda mediana dos 427 novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares realizados nos Açores, entre julho e setembro, atingiu os 4,33 euros por metro quadrado (€/m2), de acordo com dados divulgados pelo INE.

De acordo com as Estatísticas de Rendas da Habitação ao nível local publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), este valor representa um aumento de 8,8% face ao terceiro trimestre de 2020.

"Face ao 2º trimestre de 2021, no terceiro trimestre de 2021 (dados provisórios) a renda mediana aumentou em 14 das 25 sub-regiões NUTS III, salientando-se Alto Tâmega (+12,4%), Douro (+9,5%) e Região Autónoma dos Açores (+8,3%) que registaram os maiores crescimentos", desta-

ca o INE, contrapondo que nas 10 NUTS III do país que registaram diminuição da renda mediana por metro quadrado, as reduções oscilaram entre -6,6% no Alentejo Litoral) e -0,5% em Viseu Dão Lafões. Os dados agora divulgados mostram ainda que o número de novos contratos de arrendamento nos Açores foi menor que o registado no mesmo trimestre de 2020 (483 novos contratos), representando uma redução da atividade de arrendamento de -11,6%.

Fonte: Açoriano Oriental

Habitações vendidas totalizaram 99,25 milhões de euros no 3º trimestre

No terceiro trimestre, o valor dos alojamentos transacionados nos Açores fixou-se em 99,255 milhões de euros.

De acordo com o Índice de Preços da Habitação - 3º trimestre de 2021 do Instituto Nacional de Estatística (INE), no terceiro trimestre deste ano, as habitações transacionadas contabilizaram aproximadamente 99,255 milhões de euros, registando um novo máximo dos últimos 11 anos, porque o antigo valor mais alto foi atingido no quarto trimestre de 2010, com 96,9 milhões de euros.

O valor registado no trimestre passado representa um aumento de 38,7% face ao obtido no mesmo trimestre de 2020.

"No 3º trimestre de 2021,

observou-se um aumento generalizado do número e do valor das transações de alojamentos nas várias regiões, tendo o mesmo sido mais expressivo no Algarve, na Região Autónoma dos Açores e na Área Metropolitana de Lisboa. Nestas três regiões, o crescimento homólogo no número e no valor das transações igualou ou excedeu a média nacional. Assim, relativamente ao número de transações, o Algarve, a Região Autónoma dos Açores e a Área Metropolitana de Lisboa, registaram taxas de variação de 39,9%, 33,6% e 29,1%, respetivamente. Em valor, as referidas regiões, aumentaram 53,3%, 38,7% e 42,5%, pela mesma ordem.", destaca o INE.

Do valor total transacionado, 76,55 milhões de euros corresponderam a transações de habitações existentes (aumento de 37% face ao mesmo período de 2020) e 22,7 milhões de euros foram relativos a transações de habitações novas (aumento homólogo de 44,5%).

Relativamente ao trimestre anterior, o valor das habitações transacionadas cresceu 33,5%, sendo que o crescimento observado no valor dos alojamentos existentes excedeu o que foi registado nos alojamentos novos, 31% e 44,9%, pela mesma ordem.

Fonte: Açoriano Oriental

Desemprego nos Açores aumenta 0,67% em novembro

A Secretaria Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego revelou ontem que o desemprego registado nos Açores no mês de novembro aumentou 0,67% face a outubro, contabilizando-se 6295 pessoas inscritas nas agências de emprego da Região, mais 42 desempregados que no mês anterior.

Segundo o comunicado, em novembro foram colocados no mercado de trabalho 178 açorianos, verificando-se no mesmo mês também um "incremento de 0,67% nos inscritos à procura de primeiro e novo emprego face a outubro".

"No que concerne à

totalidade do número de desempregados, a ilha de São Miguel tem 66,89% dos desempregados da Região, a ilha Terceira tem 17,46%, o Pico 4,97% e o Faial 3,24%", destaca a nota do Portal do Governo, acrescentando que os concelhos de Ponta Delgada, Ribeira Grande e Angra do Heroísmo representavam em novembro

desempregados identificados nos Açores.

“No que diz respeito aos programas de inserção socioprofissional, em novembro de 2021, existiam 3976

ocupados no arquipélago”, informa ainda o executivo regional. Relativamente às medidas de promoção de emprego jovem, “foram observados 3235 jovens a desenvolver projetos em contexto real de trabalho, com

destaque para o Estagiário L e T, enquanto em formação, no mês de novembro, estavam 552 açorianos”, revelam os dados divulgados.

Fonte: Açoriano Oriental

IVAucher já devolveu 37 milhões de euros a consumidores

Cerca de 37 milhões de euros foram reembolsados aos consumidores aderentes do IVAucher desde 1 de outubro, num total de 14 milhões de transações, correspondentes a cerca de 76% do saldo à disposição, informou o Ministério das Finanças.

“O Programa IVAucher contribuiu, até ao momento, com cerca de 73 milhões de euros para os setores do alojamento, cultura e restauração, os quais foram especialmente afetados pela pandemia”, destaca o ministério em comunicado.

Desde 1 de outubro, data de arranque de utilização do saldo acumulado IVAucher, as Finanças reembolsaram cerca de 37 milhões de euros

aos consumidores aderentes. Eram elegíveis para a utilização de saldo cerca de 82 milhões de euros, acumulados por todos os consumidores que pediram fatura com NIF entre junho e agosto 2021, tendo os consumidores aderentes à disposição um saldo de cerca de 49 milhões de euros e utilizado 76% desse saldo.

O número de adesões ao programa também aumentou face ao início de novembro, quando o Governo deu conta de que mais de um milhão de contribuintes tinham aderido ao programa 'IVAucher' e que tinham sido feitos 2,4 milhões de reembolsos no total de 16,4 milhões de euros. “Registaram-se no Programa IVAucher

perto de 1 milhão e 500 mil consumidores (1.494.317) e quase 10 mil comerciantes (9460), o que corresponde a cerca de 35 mil terminais de pagamento (34.934)”, atualiza no comunicado.

Fonte: Açoriano Oriental



MANITOU
HANDLING YOUR WORLD

Boas Festas e Feliz 2022

VECOAÇORES

Vecoaçores, Lda
Representante oficial da Marca
Manitou para os Açores

Tv. da Piedade 60 D Arrifes
9500-373 Ponta Delgada
Tlf + 351912225659
vecoacores@eduardofarialda.pt

Atividades

A AICOPA - Eleições Órgãos Sociais - Triénio 2022-2024

No dia 3 de dezembro, em conformidade com os estatutos da AICOPA, realizou-se a Assembleia Geral, no ANTÍLLIA Hotel Apartamentos, em Ponta Delgada, para eleição dos novos membros dos Órgãos Sociais da Associação para o triénio 2022-2024.

Ao ato eleitoral concorreu uma lista única, denominada por "Lista A".

Assim, nos próximos três anos de mandato, as empresas Urbe Oceanos, representada por Alexandra Bragança, Fácil Inova, Lda, representada por José

Nascimento e Albano Vieira S.A, representada por Eduarda Vieira, exercerão as funções de Presidente da Direção, Assembleia Geral e Conselho Fiscal respetivamente.

Da Direção também fazem parte as empresa João Vieira & Filhos, Lda., representada por João Pedro Vieira; Reis, Pacheco e Moura, Lda., representada por José Pacheco; Marques, S.A. representada por Pedro Marques, Tecnovia Açores – Sociedade de Empreitadas, S.A., representada por

Francisco Morais; Transjet – Construções e Transportes, Lda., representada por Duarte Matos e Paulo Alexandre Pacheco Duarte. Ainda fazem parte da Direção como suplentes, José de Simas Moniz & Filhos, Lda., representada por Pedro Moniz; CGA – Construção e Gestão Açoriana, Unipessoal, Lda., representada por Pedro Albergaria Pacheco e Simosil, Comércio, Industria e Equipamentos de Construção Civil, Lda., representada por Emanuel Silva.

Audiência com Dr. Alexandre Gaudêncio - Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande

No dia 2 de dezembro a direção da AICOPA em audiência de cumprimentos ao novo executivo camarário, foi informada que a autarquia tem já em vigor uma plataforma eletrónica de submissão de projetos para licenciamento urbano, sendo esta uma das mais avançadas do país, a qual permite a submissão de requerimentos em tempo real diretamente no sistema de gestão de processos de obra.

A plataforma pode ser utilizada através dos serviços online do município ou da aplicação Ourcity, onde também é possível a consulta sobre a situação de processos de obras, assim como o acesso a outros serviços, pre-

sendo-se ainda a introdução de outros mais.

Entre as várias funcionalidades, destacam-se a validação de formatos de elementos introdutórios, a validação de assinaturas digitais, a catalogação automática de ficheiros, a geração automática de requerimen-

tos, a geração automática de faturas e geração de referências multibanco.

O registo e a autenticação dos utilizadores foram também simplificados, havendo a possibilidade de ser feito através de cartão de cidadão ou chave móvel digital.

Nesta reunião a AICOPA fez saber ao Senhor Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande que constitui preocupação das empresas a grande demora dos processos de licenciamento pendentes junto dos serviços da Câmara, impondo-se encontrar soluções para agilização dos mesmos.



Fonte: Câmara Municipal de Ribeira

AICOPA reúne com candidatos do Partido Socialista Açores à Assembleia da República.



No dia 28 de dezembro a Direção da AICOPA reuniu com os candidatos do Partido Socialista Açores à Assembleia da República nas Legislativas 2022 .

Na reunião, a Direção da AICOPA apresentou as preocupações do setor, nomeadamente preço base das empreitadas, carência extrema de mão de obra, qualificação dos traba-

lhadores do setor, regularidade e consistência no lançamento dos concursos públicos, aumento anormal e imprevisível dos custos de produção, entre outros assuntos relacionados com o setor .